

Sképsis: Revista de Filosofia

ISSN 1981-4194

Vol. IX, n. 18, 2018, p. 16-23

Examinando um Ofício

Jay F. Rosenberg¹

Tradução: Jefferson dos Santos Marcondes Leite
(IFPA - Campus Breves)

E-mail: kingdoomanathema@yahoo.com.br

Revisão técnica: Plínio Junqueira Smith
(UNIFESP, CNPq)

Email: plinio.smith@gmail.com

Suponho que estou escrevendo estes comentários porque David Lewis não pôde escrevê-los. Por direito, certamente ele deveria ter sido o primeiro a ter a oportunidade de responder ao artigo do Professor Fogelin. Além do mais, embora haja, talvez, algum mundo possível onde Jay Rosenberg seja o sócia de David Lewis, neste aqui não é o caso. Admiro a engenhosidade da visão epistemológica de Lewis, mas não a endosso. Entretanto, o papel de um comentador comumente exige dele ao menos tentar defender a honra da visão criticada, e assim, vou tentar primeiro dizer algo de útil sobre o que está em discussão entre os professores Lewis e Fogelin, que possa parcialmente melhorar a força das críticas do último ao primeiro. Então, eu voltarei a algumas questões sugeridas pela visão positiva do professor Fogelin.

Minha tese principal a respeito das visões epistemológicas de Lewis e Fogelin é que suas semelhanças talvez sejam mais admiráveis e mais importantes do que as suas diferenças. Fogelin explicitamente cita a análise do conhecimento de Lewis *prima facie* fortemente externalista:

Um sujeito *S* sabe a proposição *P* se e somente se *P* vale em toda a possibilidade não eliminada pelas provas de *S*; de modo equivalente, se, e somente se, as provas de *S* eliminam toda possibilidade em que não-*P* (49, EK 551)¹.

Ele não cita sua própria análise (presente nas *Reflexões Pirrônicas sobre Conhecimento e Justificação*), mas precisarei dela depois, e já vale a pena apresentá-la para fins de comparação:

S sabe que *P* se e somente se justificadamente chegou a crer que *P* sobre razões que estabelecem a verdade de *P* (RP 28)².

¹Texto originalmente publicado em *Philosophical Issues*, 2000, 10: 58-66. (Copyright © 2018 Philosophical Issues, LLC. All rights reserved). Agradecemos ao editor Ernest Sosa, à *Philosophical Issues* e à John Wiley & Sons por permitirem a publicação desta tradução.

Fogelin afirma claramente (RP, 94) que sua análise nos dá o *significado* de “S sabe que P”, mas ele continua assinalando que as pessoas normalmente *usam* e *entendem* o idioma epistêmico com menos rigor:

II. Quando afirmam saber coisas, as pessoas não fazem isso segundo a crença que eliminaram todas as possibilidades de refutação elimináveis, nem seus ouvintes supõem que eles acreditam nisto (RP 95).

Em suma, pertence à essência do neopirronismo de Fogelin sustentar que “ao fazer afirmações de conhecimento cotidianas, não afirmamos ter eliminado todos os anuladores. Uma grande quantidade de anuladores possíveis é simplesmente deixada de lado, é ignorada, ou posta entre parênteses” (RP 199). Como ele diz ocasionalmente: “quase sempre afirmamos mais do que temos direito” (RP 99), embora ele tenha o cuidado de insistir em que esta observação somente enganosamente sugere a crítica de nossas práticas factuais, quando não se pretende nenhuma crítica. Apesar do fato de que ele é extremamente cauteloso a respeito de se há ou não um fato sobre a questão do conhecimento, quero propor que uma maneira natural e talvez menos enganosa de interpretar Fogelin seja sugerir que, embora na maioria das vezes “S sabe que P” é em geral literalmente falso, há uma disparidade significativa entre sua condição de *verdade* e sua condição de *assertibilidade* legítima.

Claramente não é isto que Lewis está fazendo. Ele está preocupado com a ideia de que normalmente não temos “o conhecimento cotidiano abundante que pensamos que tínhamos” (EK 550). Assim, ele quer que afirmações específicas no sentido que S sabe que P resultem literalmente em verdade em muitos casos, nos quais as análises de Fogelin evidentemente julgariam como falsas, e assim opta pela visão de que a verdade de “S sabe que P” é dependente do contexto. Uma vez que também parece carregar conseqüências céticas, sua análise “infalibilista” evidentemente necessita de contextualização também. Lewis, portanto, propõe interpretar “cada possibilidade... não eliminada pela prova de S” como contendo um quantificador restrito. Sem alguma coisa como a sua cláusula *sotto voce*, no entanto, não parece haver maneira de especificar a restrição desejada.

Em todo caso, como Fogelin, Lewis reconhece que normalmente, quando fazemos atribuições de conhecimento, *na prática* ignoramos um número indefinido de anuladores possíveis (evidentemente não eliminados) e, dessa forma, ele se encarrega de especificar um número de regras relativas ao que podemos *propriamente* ignorar, *restrições* e *permissões laterais*, como Fogelin as chama, em relação ao que é relevante para a avaliação epistêmica contextualmente específica. Lewis apela para essas regras por diversos propósitos diferentes. Sua Regra da Semelhança, por exemplo, figura em seu diagnóstico dos casos Gettier e sua Regra da Atenção, em sua explicação de “como a epistemologia destrói o conhecimento”. Como Fogelin enfatiza, uma noção chave que opera em cada caso é a de *saliência*. Nos cenários Gettier, S indevidamente ignora anuladores possíveis que salientemente se assemelham a sua situação epistêmica atual e o empreendimento de fazer epistemologia,

precisamente por focalizar nossa atenção neles, torna a saliência um número indefinido de possibilidades anuladoras não eliminadas que *ipso facto* não foram propriamente ignoradas.

Fogelin inquieta-se com a noção de saliência, mas, quando as apostas estão baixas, não acho que Fogelin e Lewis estão realmente em desacordo sobre os efeitos das saliências dos anuladores possíveis *per se*. O que Fogelin tem a oferecer é uma explicação de *como* fazer a saliência de anuladores possíveis nos conduzir a uma avaliação epistêmica negativa tanto nos casos Gettier, por um lado, como em uma teorização epistêmica, por outro. Ele faz isso ao invocar um *nível de escrutínio elevado*. Nos casos Gettier, estamos a par de informações que *S* não está e, em decorrência disso, “reconhecemos que uma ordem mais alta de escrutínio está operando do que se pode esperar que *S*, dadas as suas informações, pode reconhecer” (53). Mas pode-se elevar o nível de escrutínio somente pela reflexão também (48) — esta é uma das afirmações centrais de Fogelin — e isso é o que acontece quando e à medida que nos engajamos no filosofar epistemológico em um contexto de anuladores possíveis tornados salientes pelas nossas reflexões.

Não há desacordo, contudo, a respeito dos *efeitos* da saliência. Lewis e Fogelin concordam que, nos casos Gettier, julgamos corretamente que *S* não sabe, porque não podemos adequadamente ignorar, como *S* talvez adequadamente ignora, os anuladores possíveis que nossa informação adicional tornou saliente. Tais julgamentos são feitos sempre da *nossa* perspectiva epistemológica. Lewis enfatiza que “é o nosso ignorar, e não o ignorar de *S*, que importa para o que podemos dizer verdadeiramente a respeito do conhecimento de *S*” (EK 561), e Fogelin deixa claro que o nosso julgamento de que *S* não sabe nesses casos repousa sobre o fato de que *nós* estamos, e não *S*, em posição de ver que as razões de *S* para crer não são suficientes para estabelecer a verdade do que ele crê. (Ver, por exemplo, RP 26, 84). Lewis e Fogelin evidentemente também concordam que, como Lewis afirma, “a epistemologia deve destruir o conhecimento” (EK 560), isto é, nas palavras de Fogelin, que a “teoria do conhecimento, buscada no contexto de um âmbito ilimitado de anuladores que a reflexão pura produz, inevitavelmente conduzirá a um ceticismo de um tipo radical” (48). E ambos aparentemente concordam, por assim dizer, que os efeitos do ceticismo radical para a epistemologia são somente temporários. No entanto, algo em que eles não concordam a respeito é o *porquê*. Seguindo Hume e Wittgenstein, Fogelin está preparado a deixá-lo como um fato psicológico. Lewis, contudo, evidentemente pensa que é porque a epistemologia é um contexto especial, “reflexivo” ou “autodesconstrutivo” ou algo do tipo.

O que torna a questão importante é o contextualismo global de Lewis, pois outra coisa a respeito da qual que ele e Fogelin evidentemente *discordam* é se, como Lewis coloca, “ainda podemos adequadamente ignorar muitas coisas, conhecer muitas coisas e atribuir verdadeiramente muito conhecimento a nós e aos outros” (EK 599) quando não estamos engajados em fazer epistemologia. (Fogelin realmente reluta em se comprometer com o contrário dessa afirmação, mas sua conclusão de que “as dúvidas pirrônicas, uma vez levantadas, parecem incapazes de solução” (RP 203) certamente sugere que seu coração está nela). Outro

trabalho que as regras de Lewis deveriam fazer por ele, isto é, permitir que ele consistentemente sustente que, apesar da “infalibilidade” do conhecimento, a maioria de nossas atribuições ordinárias de conhecimento é feita ignorando *adequadamente* os muitos anuladores possíveis evidentemente não eliminados que *de fato* ignoramos e elas são consequentemente *verdadeiras*. Uma vez que sua análise “infalibilista” *sem* a cláusula *sotto voce* ou algum equivalente funcional claramente carrega a implicação oposta, surge inevitavelmente a questão de se é possível, ao menos a princípio, realmente *declarar* as condições de verdade de atribuições de verdade do conhecimento, ou se, como Fogelin sugere, Lewis está tentando *efar* sem esperança o que, de fato, é finalmente inefável.

Como vimos, Lewis propõe que a “ascensão semântica” poderia fazer o trabalho, mas confesso que compartilho a perplexidade de Fogelin sobre o que exatamente isso significa e algumas de suas dúvidas a respeito da possibilidade de sucesso na realização desse programa. Assim, talvez fosse útil oferecer a Lewis uma posição de recuo. A posição que tenho em mente é a que tentei atribuir a Fogelin: ler a análise de “S sabe que P” literalmente (com quantificadores irrestritos) como dando seu significado e, dessa forma, especificando suas condições de verdade, admitir as consequências céticas, mas manter que essas atribuições de conhecimento são mesmo assim (comumente) *asserções* legítimas nos contextos cotidianos em que elas são, de fato, feitas ordinariamente. As regras de Lewis a respeito de ignorar *adequadamente* se tornariam, então, contribuições para uma exploração das condições relevantes de assertibilidade. Esse movimento teria a virtude, ao menos, de neutralizar as preocupações de Fogelin sobre a verdade do que é conhecido, entrando na explicação de Lewis somente como uma pressuposição contextual, talvez ameaçando o princípio que Kp implica p . Ler a análise de Lewis com um quantificador irrestrito claramente assegura a implicação.

Não suponho por um momento que Lewis estaria interessado em minha oferta. Meu objetivo ao fazer esta sugestão é que, apesar de suas inclinações contrárias em face da questão do ceticismo, ao menos estruturalmente, ele e Fogelin não estão realmente muito afastados. Não que, é claro, suas visões sejam isomórficas. Uma questão que permaneceria, por exemplo, é o externismo de Lewis. Mesmo ler “a prova de S” de maneira imprecisa como subordinando as razões, o que quer que isso possa significar, em que *S de fato* vem a crer que *P*, deixa intocada a questão da propriedade da conduta epistêmica de S. A análise de Fogelin de “S sabe que P”, recordemos, une uma cláusula objetiva das “razões adequadas” com uma cláusula contextualmente relativizada da “responsabilidade epistêmica”. Para saber que *P*, *S* deve *justificadamente* chegar à crença correspondente. Há algo como isso na história de Lewis?

Bem, há a Regra da Crença. Fogelin sugere que uma regra que nos proíbe de ignorar anuladores possíveis que um sujeito realmente crê que ocorrem (certo ou errado) ou *deveria* crer que ocorrem é equivalente a fazer do comportamento epistemicamente responsável de S uma condição necessária para a verdade de “S sabe que P”, e isso ao menos parece plausível, embora certamente necessitaríamos de uma explicação mais extensa e mais teórica da responsabilidade epistêmica. (O que tenho em

mente são algumas preocupações relacionadas ao Paradoxo do Prefácio). No entanto, talvez o que seja mais interessante sobre a Regra da Crença de Lewis é que ela incorpora, em sua formulação completa, a forma de graus de crença, um reconhecimento bastante explícito do fenômeno de elevação dos níveis de escrutínio que reside no centro da história de Fogelin. Isso talvez seja mais claro na nota de rodapé 12 (EK 556): “Em vez de complicar a Regra da Crença..., eu deveria ter introduzido equivalentemente uma Regra de Alto Risco, dizendo que, quando o erro fosse especialmente desastroso, poucas possibilidades são propriamente ignoradas”. Essa, é claro, é precisamente a visão de Fogelin. Custos elevados de estar errado estão entre as circunstâncias que disparam o aumento do nível de escrutínio. “Quando o preço por estar errado é alto, podemos ser mais cuidadosos ao eliminar anuladores possíveis...” (48, conferir RP 88, 198).

Em todo caso, é hora de para de falar tanto sobre Lewis e começar a falar mais sobre Fogelin, e particularmente sobre os níveis de escrutínio. Estou convencido de que o reconhecimento explícito por parte de Fogelin do fenômeno do aumento dos níveis de escrutínio e das várias circunstâncias que podem dispará-lo é uma contribuição importante e útil para a epistemologia. Combinados com sua observação de que, nos casos Gettier, estamos sempre *ex hypothesi* a par de informações que *S* não está, produz uma explicação poderosa de nossa conclusão característica nesses casos que, embora ele possa ter formado sua crença *de facto* verdadeira que *P* com perfeita adequação epistêmica, *S*, não obstante, não sabe que *P*. Desse modo, acredito que Fogelin está inteiramente correto por preferir o seu diagnóstico dos problemas de Gettier ao de Lewis, mas não porque, como ele próprio sugere, ele nos ajuda a eliminar a noção de saliência, mas antes porque nos livra de uma confiança em uma noção sem explicação de *semelhança*. Os fatos que nós, e não *S*, estamos hipoteticamente a par e, assim, os anuladores possíveis para os quais eles chamam nossa atenção, são uma saliência *a fortiori*. A especificação do caso *torna-os* salientes precisamente *por* chamar nossa atenção para eles. Mas se é assim, então, da perspectiva de Lewis, sua Regra da Atenção sozinha se torna suficiente para fazer o trabalho e não se exige nenhum apelo à ideia de *semelhança*. Uma vez que, como Fogelin argumenta e o próprio Lewis admite, se pode salvar a Regra da Semelhança das implicações do ceticismo radical somente por modificações não especificadas *ad hoc*, Lewis certamente estará em melhor condição sem ela, assim como nós. A estratégia de Fogelin nos permite dispensá-la.

Quero sugerir, no entanto, que o *mecanismo* pelo qual um nível aumentado de escrutínio nos conduz a uma avaliação epistêmica negativa, de fato, pode e deve ser desacoplado da cláusula das “razões adequadas” da análise do próprio Fogelin de “*S* sabe que *P*”, isto é, a exigência de que as razões sobre as quais *S* justificadamente chega em sua crença que *P* estabelece a verdade do que ele crê. Fogelin raciocina da seguinte forma: dada nossa informação adicional, reconhecemos que as razões (postuladas) de *S* para crer que *P* não são suficientes para estabelecer a verdade de *P*. Uma vez que (em sua análise) a cláusula das “razões adequadas” especifica uma condição necessária para a verdade de “*S* sabe que *P*”, segue-se imediatamente que “*S* sabe que *P*” é falso (cf. RP 26, 84).

O que é surpreendente sobre essa linha de raciocínio é que ela não faz uso da noção de aumento de nível de escrutínio. Isso não é um acidente. Os “níveis de escrutínio”, afinal de contas, não dizem respeito *sobre* a verdade objetiva, mas sim sobre a regulamentação do comportamento epistêmico responsável. A discussão do próprio Fogelin nas *Reflexões Pirrônicas* é curta, porém sugestiva. Ele chama nossa atenção para a máxima conversacional de Grice e, em particular, a sua “regra da qualidade”, que *inter alia* “nos diz para não assentir a coisas para as quais nos faltam provas adequadas” (RP 198). Observando que,

em um dado contexto, o nível de escrutínio ou o nível apropriado de adequação será fixado pelos propósitos e objetivos do intercâmbio conversacional: mais especificamente, pelo caráter padrão ou não padrão da situação, pelos benefícios de estar certo, pelos custos de estar errado, pelas normas profissionais e coisas similares (RP 198).

ele continua e observa que as partes em um intercâmbio conversacional naturalmente adotarão e reforçarão padrões de adequação mutuamente reconhecidos, uma prática que se pode capturar em uma outra máxima de conversação:

Faça as suas contribuições conversacionais de modo que se conformem aos padrões de adequação mutuamente adotados no intercâmbio conversacional (RP 199).

O tipo de “adequação” em discussão aqui claramente *não* é a adequação objetiva de avaliar razões ou provas para estabelecer a verdade do que se crê ou do que se afirma. Os “padrões de adequação” em questão aqui, antes, *variam* de contexto para contexto e a falta de conformidade a eles não é uma deficiência objetiva, mas uma falha relativa ao contexto da *adequação* conversacional e, portanto, especificamente epistemológica. O que um nível aumentado de escrutínio em circunstâncias particulares implica é que, naquelas circunstâncias, deve-se fazer *mais* a fim de *justificadamente* chegar à crença relevante, isto é, a fim de agir de uma maneira epistemicamente responsável.

Como isso se aplica aos problemas de Gettier? Bem, se nosso estar a par de informação adicionais, das quais *S* não está a par, aumenta o nível relevante de escrutínio, então reconhecemos que a conduta imaginada de *S* ao formar sua crença, embora irrepreensível *ex hypothesi* em relação aos critérios de adequação apropriados ao que *ele* tinha o direito de considerar o seu contexto epistêmico, é epistemicamente *deficiente* relativa aos critérios de adequação apropriados para o que, dada as estipulações do caso, *nós* teríamos o direito de considerar como sendo o contexto epistêmico de *S*. O que o reconhecimento do fenômeno dos níveis aumentados de escrutínio faz, em outras palavras, é lembrar-nos de que a noção de “o contexto epistêmico de *S*” é ela mesma relativa ao contexto (ou, como eu prefiro dizer, *perspectiva*), e, conseqüentemente, também o é a noção de *S* ter *justificadamente* chegado a crer no que ele crê. Nesta leitura, a razão pela qual julgamos que *S* não sabe que *P* é que, dada a nossa informação adicional, reconhecemos que o que *nós* temos o direito (por estipulação) de considerar como o contexto epistêmico de *S* exige um nível

de escrutínio mais alto do que *S* tem *ex hypothesi* exercido. *S*, portanto, não satisfaz o que, de nossa perspectiva, são os padrões de adequação apropriados para seu contexto epistêmico, e, por isso, nós julgamos que ele não chegou justificadamente à crença de que *P*. Considerações de responsabilidade epistêmica, em outras palavras, são tudo o que precisamos.

Este seria o lugar perfeito para introduzir a discussão de um exemplo bem conhecido de Thompson Clarke, o “observador de avião”, mas o tempo é curto, e eu tenho um negócio mais importante para tratar, a saber, a afirmação provocativa de Fogelin de que se pode levantar o nível de escrutínio somente pela reflexão. Colocando minha opinião em poucas palavras, eu não acredito nisso, pois como é que isso deveria acontecer?

Fogelin evidentemente imagina um diálogo cético que começa da seguinte forma: “Eu, por exemplo, sei o nome da minha mãe? Certamente, era “Laura”. Mas eu investiguei a possibilidade de eu ter sido adotado? Bem, não, etc.” (cf. 45) Este “etc.”, no entanto, pressupõe que todos nós sabemos como continuar e eu não estou certo de que eu sei. Isto é, “Jay Rosenberg foi adotado” não é uma autocontradição. Mas e daí? Não há *razão* para supor que fui adotado e, de fato, não fui adotado. Mas eu sei *isso*? Bem, por uma coisa, eu tenho uma cópia da minha certidão de nascimento. Ah, mas documentos podem ser falsificados. Não há razão para supor que esse documento é uma falsificação, etc.

O que estou preparado para conceder é que, *se eu tivesse alguma razão qualquer* para supor, ou mesmo suspeitar, que fui adotado, ou que minha certidão de nascimento é falsificada, ou que minha mãe usou um nome fictício, ou qualquer uma de um número indefinido de outras coisas, *então* um nível aumentado de *escrutínio* poderia bem se tornar apropriado. Então, talvez eu concedesse que não fiz, de fato, tudo o que um agente epistêmico responsável precisa fazer *naquele* contexto para ter o direito de afirmar que sabe o nome da sua mãe. Mas eu *não* tenho tal razão e, então, o que estou inclinado a dizer para Fogelin é o mesmo que diria a Descartes: *meras* possibilidades não são razões para dúvidas *reais*; isto é, anuladores meramente possíveis não aumentam o nível real de escrutínio. Mas tudo o que a reflexão sozinha pode nos dar são apenas anuladores possíveis. É claro que é fácil imaginar circunstâncias, ou um contexto epistêmico, no qual um nível aumentado de escrutínio *seria* apropriado. Mas a menos que e até que eu tenha alguma razão positiva para supor ou suspeitar que aquelas sejam *minhas* circunstâncias, que aquele é o *meu* contexto, meu nível de escrutínio permanece estável.

O reconhecimento de Fogelin da variação de níveis de escrutínio é de fato uma contribuição muito importante para epistemologia, no mínimo porque ela nos dá uma ferramenta poderosa para resolvermos os problemas Gettier. O que eu tentei indicar aqui, contudo, é que ela é uma contribuição que pode ser, e deveria ser, claramente, desacoplada dos elementos e afirmações centrais do pirronismo de Fogelin.

¹As citações identificadas com “EK” são de David Lewis, “Elusive Knowledge”, *Australian Journal of Philosophy*, 74, 1996. Citações sem identificação são do artigo de Fogelin. [N. do T.: existe uma tradução desse artigo para a revista eletrônica de filosofia *Crítica* (<http://criticanarede.com/esquivo.html>)].

²As citações identificadas com “RP” são das Reflexões Pirrônicas sobre Conhecimento e Justificação de Robert Fogelin, Oxford University Press, Oxford and New York: 1994.

Sképsis 2018